



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010950-34.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ELOISA REBECA TARTARINI**
 Requerido: **JEFERSON AGOSTINHO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em data determinada estacionou sua motocicleta em via pública local, perto da entrada do SENAC, por volta de 10h.

Alegou ainda que em torno de 14h:30min foi informada por um vigilante daquela entidade que uma outra motocicleta, pertencente ao réu e que estava estacionada ao lado da sua, caiu sobre ela, danificando-a.

Almeja ao ressarcimento dos danos que experimentou.

O exame da mídia trazida à colação pela autora revela o momento em que o réu estacionou sua motocicleta no lugar em apreço, fazendo-o de forma regular.

O estacionamento era ali permitido e não há um só indício de que o réu tenha obrado de forma inadequada ao fazê-lo.

Por outro lado, a mesma mídia mostra quando a motocicleta do réu caiu sobre a da autora, estacionada ao seu lado, evidenciando a movimentação de árvores e folhas que ventava bastante quando isso teve vez.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante desse cenário, reputo que não há lastro suficiente para atribuir a responsabilidade do evento ao réu.

Como já assinalado, ele agiu corretamente ao parar sua motocicleta, o mesmo fazendo a autora que parou ao seu lado.

O espaço de tempo havido entre o estacionamento do réu (por volta de 06h:30min), o da autora (em torno de 10h) e o aviso a esta do que sucedera (aproximadamente às 14h:30min) corrobora a convicção de que o réu não foi desidioso, porquanto se assim fosse à evidência sua motocicleta cairia muito antes.

Não se entrevê nas imagens exibidas base a supor que o episódio poderia ter vez, até porque nesse caso a autora evidentemente não deixaria sua motocicleta onde deixou.

A espécie vertente contempla típico caso de força maior, que exclui a responsabilidade do réu na forma do art. 393 do Código Civil, de sorte que a pretensão deduzida não há de prosperar.

Mesmo que se reconheçam os danos suportados pela autora, seria imprescindível a demonstração de que o réu por negligência, imperícia ou imprudência teria dado causa ao resultado havido, mas as provas amealhadas levam a conclusão contrária e patenteiam de um lado que isso não ocorreu e, de outro, que um fator externo e imprevisível rendeu ensejo à queda verificada.

Não se poderá bem por isso atribuir a culpa ao réu e tampouco exigir que ele repare os danos da autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**